

FOUCAULT, BORGES E A EXPERIÊNCIA DA LINGUAGEM

Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes*

Não raro ao longo da sua obra, em muitos de seus ditos e escritos, Foucault faz referência à literatura, ao problema da linguagem e a noção de ficção. Notória é a declaração sobre seu próprio trabalho:

[...] as pessoas que me lêem, em particular aquelas que apreciam o que eu faço, me dizem sempre rindo: “No fundo você sabe bem que o que você diz não é senão ficção”. Eu respondo sempre: “Claro, não há problema que isto seja outra coisa senão ficções” (Foucault, 1994, p.44).

Assim, a experimentação da leitura de Borges, pelas lentes de Foucault, torna-se objeto deste ensaio conduzindo-o para além das fronteiras estabelecidas entre a filosofia e a literatura, deslizando por sobre a superfície da linguagem. Tal empreitada não corresponde senão aquela esboçada pelo paralelo entre esses dois autores, experienciado na forma especulativa de uma hipótese que, a pretexto do significado do riso em Foucault, aponta para o paradoxo da linguagem em Borges.

Ensaio mental de uma experiência sobre o reflexo da superfície de vários espelhos, a experimentação em torno do pensamento de Foucault remonta a introdução de **As Palavras e as Coisas**, onde está escrito:

Este livro nasceu de um texto de Borges. Do riso que com sua leitura, perturba todas as familiaridades do pensamento – do nosso: daquele que tem nossa idade e nossa geografia – abalando todas as superfícies ordenadas e todos os planos que tornam sensata para nós a profusão dos seres, fazendo vacilar e inquietando, por muito tempo, nossa prática milenar do Mesmo e do Outro (Foucault, 1966; p.7).

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal / Rio Grande do Norte – Brasil, gpfe@cchla.ufrn.br.

Rebatimentos de superfície como no quadro de Velásquez (1599 - 1660)⁵ cujo ponto de fuga supõe a possibilidade de um outro retrato esfumado no fundo da parede ou da imagem de um espelho refletindo aquilo que está sendo pintado na sala, a recorrência ao texto de Borges que não por meio da referencia original em Foucault, serve, neste ensaio, a equivocidade da palavra como a forma oblíqua do pensamento. Pois o motivo do riso de Foucault é que justifica este ensaio.

Um riso como o de *Smile*⁶ na história de Alice. Enigmático, descrito senão pelo seu próprio espectro, privilegiado no caráter inconcluso de indícios e fragmentos, do lugar e não-lugar ou do objeto real que se produz ficção de um sentido ordinário. Essa mesma relação que se estabelece entre o pintor, a observador, a pintura, o modelo e a tela, reunidos silenciosamente numa superfície sem palavras.

Leitura invertida de espelhos, este ensaio propõe a interpolação de textos borgianos, seus indícios e fragmentos que tornam possível um paralelo com algumas noções de Foucault em **As Palavras e as Coisas**. Visto que, para além das estreitas fronteiras acadêmicas, há uma linhagem transgressora nestes autores, a qual justifica a condição limite desta experimentação naquilo em que ela se abre a uma nova possibilidade do pensar.

A experiência da leitura coloca-se à letra da declaração de Foucault numa entrevista ao jornal *Le Monde*, anos depois da citação de Borges, na qual ressurgem em suas palavras o estatuto da literatura na sua obra:

Para mim a literatura era algo a ser observado e não analisado ou reduzido ou integrado ao campo de análise. Era um descanso, um pensamento a caminho [...] no meu livro sobre Raymond Roussel e depois no livro sobre Pierre Rivière. Em ambos se coloca a mesma questão: qual é o limite do qual um discurso (quer seja do doente do criminoso etc.) começa a funcionar no campo conhecido com literatura? (Foucault, 1986, s/p).

⁵ Pintada em 1656 com o título de *A Família*, recebendo posteriormente o título de *As Meninas*, ao centro pode-se ver uma menina acompanhada de suas damas de companhia, de seus criados, de uma anã e uma criança que mexe com um cão. Os reflexos do rei e da rainha da Espanha surgem num espelho atrás da infanta. Acima do retrato há dois quadros do acervo do palácio e, mais ao fundo, um homem entra em cena e movimenta a cortina, trazendo mais luminosidade à tela.

⁶ Felino listrado que se tornava visível apenas pelo sorriso, personagem de Lewis Carroll (1832-1898) autor dos livros “Alice no País das Maravilhas” (1865) e “Alice através do espelho” (1872).

A figura do riso, desenhado numa dimensão singular da linguagem, problematiza a relação entre as palavras e as coisas, assinalando a literatura um *constructo* produzido como regime dos enunciados que se estendem pela superfície dos discursos nos seus diferentes planos de produção. Tão perto e tão longe da filosofia, a literatura traduz um ultrapassamento das suas fronteiras na experimentação arbitrária do pensar.

Herdeiro de Nietzsche na sua crítica aos limites entre o filosófico e o não-filosófico, Foucault aponta a perspectiva do "fora", dos limites exteriores do pensamento nos "discursos fora da filosofia". Assevera-lhe então necessária a "falta de consideração" de Nietzsche no impulso do liberar-se da filosofia como assinala suas palavras:

Liberar-se a si mesmo da filosofia implica necessariamente uma similar falta de consideração. Não se pode sair dela enraizando-se nela, refinando-a tanto quanto possível, dando voltas ao seu redor com o próprio discurso. Não. Consegue-se isso se opondo a ela, com uma espécie de espanto e alegria, uma incompreensível crise de riso que no final torna-se entendimento... (Foucault, 1986, s/p.).

A "Biblioteca de Babel" e o "Livro de Areia" de Borges traduzem a infinitude e a efemeridade que conjugam em torno desses contos a inquietante recusa borgiana da compreensão natural da linguagem, apontando-lhe o paradoxo. Efeitos de superfície os relevos do espaço e do tempo se postam a condição arbitrária e aleatória de um *constructo* de letras, palavras e frases que lhes circunscrevem o próprio significado, a exemplo da experiência de Foucault com a taxionomia de "uma certa enciclopédia chinesa", a respeito da qual constata:

No deslumbramento dessa taxionomia, o que de súbito atingimos, o que, graças ao apólogo, nos é indicado como o encanto exótico de um outro pensamento, é o limite do nosso: a impossibilidade patente de pensar isso. Que coisa, pois é impossível pensar, e de que impossibilidade se trata? [...] Não são os animais 'fabulosos' que são impossíveis, pois que são designados como tais, mas a estreita distância segundo a qual são justapostos aos cães em liberdade ou àqueles que de longe parecem moscas. O que transgride toda a imaginação, todo pensamento possível é simplesmente a série alfabética (a, b, c, d) que liga a todas as outras cada uma dessas categorias (Foucault, 1966, p.7).

A monstrosidade que Borges faz circular na sua enumeração consiste no espaço comum dos encontros que se acham arruinados. O impossível não é a vizinhança das coisas, é o lugar onde elas poderiam se avizinhar mesmo numa ordem alfabética. Os animais “i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo” (Foucault, 1966, p.8) jamais poderiam se encontrar, a não ser na voz imaterial que pronuncia sua enumeração ou na página que a transcreve. Onde, então, poderiam eles se justapor, senão no não-lugar da linguagem? E esta, ao desdobrar-se, não constituiria o pensamento como o espaço do impensado.

À experiência foucaultiana do paradoxo em relação às palavras e as coisas, corresponde um paralelo da experimentação borgiana, em torno dos volumes do espaço e do tempo, nos contos “A Biblioteca de Babel” e o “Livro de Areia” (Borges, 1974, 1984), em relação à construção do conceito de *épistémé* (Foucault, 1966). Ou ainda, aquilo que se coloca as condições de possibilidade do pensar na superfície da linguagem, como uma fimbria que distingue no regime dos enunciados aquilo que seria ficção. Acerca-se Foucault:

Assim é que a enciclopédia chinesa citada por Borges e a taxionomia que ela propõe conduzem a um pensamento sem espaço, a palavras e categorias sem tempo nem lugar, mas que, em essência, repousam sobre um espaço solene, todo sobrecarregado de figuras complexas, de caminhos emaranhados, de locais estranhos, de secretas passagens e imprevistas comunicações; haveria assim na outra extremidade da terra que habitamos, uma cultura votada inteiramente á ordenação da extensão, mas que não distribuiria a proliferação dos seres em nenhum dos espaços onde nos é possível nomear, falar pensar (Foucault, 1966, pp.10-11).

O encontro de Foucault com Borges traduz o “deslumbramento” de um “encanto exótico” que revela na ordem da linguagem a relação entre as palavras e as coisas, o regime dos enunciados constituídos como parâmetros de compreensão do pensamento e marcos referenciais da configuração do saber numa determinada época. À ordem da linguagem destaca-se então a ordem na linguagem ou “aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo umas as outras e aquilo

que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem” (Foucault, 1966, p.11).

A assertiva de Borges: “há ordem”, denuncia para Foucault o *apriori* histórico da *épistémé* na dimensão da construção da linguagem, que atravessa todo o quadro do nosso pensamento, situado em termos da sua “idade” e “geografia”. Assinalando a esse respeito:

É com base nessa ordem, assumida como solo positivo, que se construirão as teorias gerais da ordenação das coisas e as interpretações que esta requer. Assim, entre o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo, há uma região mediana que libera a ordem no seu ser mesmo: é aí que ela aparece, segundo as culturas e segundo as épocas, contínua e graduada ou fracionada e descontínua ligada ao espaço ou constituída a cada instante pelo impulso do tempo, semelhante a um quadro de variáveis ou definida por sistemas de coerências, composta de semelhanças que se aproximam sucessivamente ou se espelham mutuamente, organizada em torno de diferenças crescentes etc. De tal sorte que essa região ‘mediana’, na medida em que manifesta os modos de ser da ordem, pode apresentar-se como a mais fundamental: anterior as palavras, às percepções e aos gestos [...] Assim, em toda cultura, entre o uso do que se poderia chamar os códigos ordenadores e as reflexões sobre a ordem, há a experiência nua da ordem e de seus modos de ser (Foucault, 1966, p.12).

Com isto, a leitura de Borges (1974; 1984) transpõe para a ordem da linguagem a condição de possibilidade do pensar os volumes espaços-temporais que “A Biblioteca de Babel” guarda em suas páginas e o “Livro de Areia” registra em constante devir. Extrapolando então o seu quadro de elaboração a noção de *épistémé* se coloca o estatuto único da linguagem, que corresponde a condição da ficção como forma expressa nos contos. Descrevendo-lhes uma “geografia” e uma “idade” (Foucault, 1966) do pensamento, através da geometria da biblioteca e da evanescência do livro, que compõe a letra borgiana na superfície da linguagem.

O conto “A Biblioteca de Babel” guarda em suas páginas, o volume do espaço como condição a priori das formas de organização dos saberes em catálogos, compêndios e coleções; dispersos em incontáveis títulos, temas e assuntos, inteligíveis, cifrados ou desconhecidos, expostos num conjunto geométrico imponderável. Volume com diferentes volumes, a Biblioteca resume uma gramática do espaço que descreve a extensão infinita do universo, para além de qualquer expressão ou cálculo, para tanto a precisão dos seus próprios

limites: “um número indefinido e quiçá infinito, de galerias hexagonais com vastos poços de ventilação, cercado por varandas baixíssimas” (Borges, 1974, p.84).

A condição invariante da geometria da sua arquitetura desenha a precisão estrutural do vazio na disposição volumétrica. O espaço vazio delimita a forma onde todo volume se precipita, como um centro de equilíbrio descentrado no traçado de um labirinto que se estende por todas as direções. São níveis sobrepostos em diferentes planos, circunscrevendo a forma invariável de distribuição das galerias, cabendo-lhe apenas uma simples constatação: “de qualquer hexágono, vêem-se os pisos superiores e inferiores: interminavelmente” (Borges, 1974, p.84).

A disposição arquitetônica dos volumes no espaço da Biblioteca corresponde aquela dos signos e do regime de enunciados nos sistemas de referência presentes na organização das suas galerias. Alfabetos, sinais, símbolos e gramáticas atestam a catalogação do vazio na condição arbitrária da linguagem ou a incomensurabilidade da composição dos livros, redução ao absurdo de qualquer sentido.

Uma descrição impossível da figura de um eneágono, formada por inúmeros hexágonos, superpostos indefinidamente e repetidos em séries incontáveis, delinea na curvatura do espaço os volumes e planos das galerias de estantes numa interseção entre diferentes formas de saberes e enunciados. Geometria absoluta de uma gramática superlativa do espaço e do vazio, as salas hexagonais correspondem a necessidade da forma, cabendo a sua intuição uma demonstração exaustiva e suficiente daquilo que lhe é impreciso em termos lógicos, mas se lhe constitui sólido: “a Biblioteca é uma esfera cujo centro cabal é qualquer hexágono cuja a circunferência é inacessível” (Borges, 1974, p.85).

Condição imponderável da disposição dos signos de uma gramática desconhecida, a *épistèmè* aparece esboçada numa sintaxe de significados, na superposição dos entrecruzamentos de saberes e regimes de linguagem. O sistema de referências e a ordem dos livros constituem uma forma singular cuja organização dos móveis em cada um se articula de uma maneira arbitrária, independente de qualquer sentido. A multiplicidade do não-sentido delimita o quadro de referências da linguagem ou o espaço de produção do sentido; bem como o tempo que lhe traduz o movimento de configuração. A duração demarca a experiência: “a Biblioteca é ilimitada e periódica” (Borges, 1974, p.94).

Os regimes dos enunciados correspondem à condição necessária da existência do saber a razão suficiente da experiência do limite da linguagem ou o ultrapassamento do sujeito na constatação que, “não havia problema pessoal ou mundial cuja eloqüente solução

não existisse nalgum hexágono... o universo usurpou bruscamente as dimensões ilimitadas da esperança” (Borges, 1974, p.89). Proposições incoerentes, *ex hipótesis*, perfiguram na Biblioteca sua possível justificação verbal, criptográfica ou alegórica. Numa nota de pé de página, num livro dentre os que investigam os livros nas suas galerias, encontra-se escrito em letras miúdas: “basta que um livro seja possível para que ele exista. Somente está excluído o impossível. Por exemplo: nenhum livro é ao mesmo tempo uma escada, ainda que, sem dúvida haja livros que discutem, neguem e demonstrem essa possibilidade e outros cuja estrutura corresponde a de uma escada” (Borges, 1974, p.92).

A Biblioteca materializa, através da linguagem, o paradoxo da noção de *épistémé* na delimitação de uma ordem descritiva do espaço e das diferentes formas de organização dos saberes. Ela reitera o objeto da observação que “todos os livros, por diversos que sejam, possuem elementos iguais” (Borges, 1974, p.88), não havendo dois livros idênticos nas suas galerias. Embora os volumes se repitam na desordem que lhe constitui há uma ordem na mesma, em qualquer direção que se atravesse.

A ordem dos saberes corresponde aquela dos enunciados na demarcação de um espaço-linguagem cuja estrutura consiste nas possibilidades das variáveis, porém não absoluta. A Biblioteca é total no conjunto das suas prateleiras que “registram todas as possíveis combinações dos vinte e tantos símbolos ortográficos”; ao que se acresce ainda a constatação de um “número, ainda que vastíssimo, não infinito” (Borges, 1974, p.88).

Combinações de símbolos e caracteres circunscrevem um universo múltiplo de signos e sentidos distribuídos por um vasto espectro que compreende as mais diferentes línguas, todas previstas pela Biblioteca. Assim, tal como no regime dos enunciados, o espaço-linguagem esboça a sua relação com a *épistémé* no quadro da formação dos saberes, uma vez que, “a Biblioteca inclui todas as estruturas verbais, todas as variantes que permite os vinte e cinco símbolos ortográficos, porém não um só disparate absoluto” (Borges, 1974, p.92). O universo das combinações possíveis na Biblioteca constitui uma experiência limite da linguagem do finito no infinito e do infinito finito na produção do sentido que lhe caracteriza. São elementos como o ponto, a vírgula, as vinte e duas letras do alfabeto, que lhe demarcam um conjunto de possibilidades quase infinita, frente a constatação de que “não há na vasta Biblioteca dois livros idênticos” (Borges, 1974, p.88) .

A possibilidade de “contemplar a variação das 23 cartas” (Borges, 1974, p.84) anunciada pela epígrafe, revela, de modo prévio, a condição da *épistémé* que se encontra na própria linguagem, na descrição do seu paradoxo: a condição de possibilidade do finito

infinito e do infinito finito, materializada pela Biblioteca no seu estatuto não-substantivo. Assim, numa pequena nota de pé de página, a geometria descritiva borgiana deixa em aberto a possibilidade da hipótese da finitude da Biblioteca ao assinalar: “Letizia Alvarez de Toledo salientou que a vasta Biblioteca é inútil, bastaria *um só volume*, de formato comum, impresso em corpo nove ou em corpo dez, composto de um número infinito de folhas, infinitamente delgadas...” (Borges, 1974, p.94).

A interpolação dos volumes do espaço e do tempo, situados nos planos da permanência e do devir, simétricos à condição da linguagem, conduz a passagem da Biblioteca para o Livro de Areia como aquela de uma para outra dimensão. A descrição do espaço, agora é aquela da dinâmica própria ao devir, passa-se da narrativa anônima do observador ao lugar do personagem no centro da ação. A Biblioteca e o que desde sempre está dado em todas as suas possibilidades esvaem-se no efêmero materializado no Livro de Areia como possibilidade incondicionada, porque “nem o livro nem a areia tem princípio ou fim” (Borges, 1984, p.117).

A incomensurabilidade do que lhe guarda as páginas traduz-se no estatuto arbitrário da conformação dos saberes, cujas potências substancializante e não-substantiva da linguagem, se encontram na experiência limite como um *a priori*: “sempre se interpunham várias folhas entre a portada e a mão. Era como se brotassem do livro”. Assevera-lhe o vendedor de Bíblias: “Não pode ser, mas é. O número de páginas deste livro é exatamente infinito. Nenhuma é a primeira; nenhuma, a última. Não sei por que estão numeradas desse modo arbitrário. Talvez para dar a entender que os termos de uma série infinita admitem qualquer número” (Borges, 1984, p.117).

A condição singular do Livro de Areia, de uma substantivação de natureza não-substantiva, revela, em paralelo, as condições de configuração dos saberes e das diferentes formações discursivas, no quadro de compreensão do espaço e do tempo infinitos. Algo como o jogo hipotético daquelas considerações irritantes de que “se o espaço é infinito, estamos em qualquer ponto do espaço. Se o tempo é infinito, estamos em qualquer ponto do tempo” (Borges, 1984, p.117). E assim, a *épistémé* esboça-se como um ponto, na ausência de um *more geométrico* da linguagem, a qual não carece estabelecer as seqüências necessárias de linhas, planos e volumes; permanecendo o espaço e o tempo infinitos em cada ponto, ou diferentes tempos e espaços numa mesma relação espaço-tempo.

O Livro de Areia possibilita a experiência limite da linguagem, cujo deslumbramento e terror anunciam-lhe a natureza exótica já na lombada: “*Haly Writ* e, abaixo, *Bombay*”. Suas

páginas se abrem o contato à dimensão não-substantivada do infinito em relação aos enunciados. Experimentação de um permanente devir, o desconhecido alerta para o seu portador o fugidio conteúdo daquela folha: “Olhe-a bem. Já não a verá nunca mais” (Borges, 1984, p.116).

A natureza do livro exerce uma fascinação que cabe ao paradoxo do finito infinito na ordem da linguagem, cuja busca de uma narrativa de origem o início da história do Livro de Areia ignora-lhe o próprio nome. Adquirido numa “casta mais baixa”, de alguém quem “as pessoas não podiam pisar a sombra sem contaminação”, alguém que “não sabia ler”, este último tendo trocado-o por uma Bíblia viu no Livro dos Livros “um amuleto”, contrapartida ao deslumbramento daquelas páginas do misterioso objeto que se revela ao incauto um “livro diabólico” (Borges, 1984, p.117). Aprisionador daquele que lhe domina os signos, o qual é incapaz de lhe perpetrar um sentido. Assim, o narrador relata a sua sina: “O verão declinava e compreendi que o livro era monstruoso. De nada me serviu considerar que não menos monstruoso eu era, que o percebia com os olhos e o apalpava com dez dedos com unhas. Senti que era um objeto de pesadelo, uma coisa obscena que infamava e corrompia a realidade” (Borges, 1984, p.119).

A experiência da linguagem conduz ao paradoxo que expressa a sua realidade no estatuto último da ficção. Tesouro inestimável, o Livro de Areia se transforma numa ampulheta por onde escorre o tempo, escondido “atrás de uns volumes desemparelhados de *As mil e uma Noites*”, incapturável no seu enredo, oculto pelo título mais belo de toda a literatura. Infinito no modo de ser finito oculto entre a ordem desemparelhada dos volumes na estante, o Livro de Areia revela o paradoxo insuperável do fluxo de um devir permanente, tal como assinala Foucault: “cada relato, mesmo se contado por um terço, foi feito – ficticiamente – por aquele quem viveu a história; a cada fábula sua voz; a cada voz uma fábula nova; toda a “ficção” consiste no movimento pelo qual um personagem se desvencilha da fábula a qual pertence e torna-se narrador da fábula seguinte” (Foucault, 1994, p.507).

Assim, o encantamento próprio a natureza da linguagem se faz semelhante à condição de Sherazade para não deixar de existir. Cativa, ela mantém cativo seu carcereiro num enredo infundável, atando as mãos do carrasco, noite após noite, prolongando-lhe os dias: “falava-se, narrava-se até de manhãzinha, para afastar a morte, para adiar este desenlace que deveria calar o narrador [...] a narração de Sherazade é o inverso obstinado da morte, é o esforço de todas as noites para conseguir manter a morte fora do ciclo da existência” (Foucault, 1994, p.793).

Paralelo ao Livro de Areia que se faz perder numa Biblioteca de milhares de volumes, lançado a uma prateleira úmida “no sótão onde estão os periódicos e os mapas” (Borges, 1984, p.119); lugar onde só um bibliotecário aposentado saberia escondê-lo; o perigo da linguagem não dizer o real permanece ao tentar afastar-lhe a impossibilidade da sua própria possibilidade em dizer algo acerca do real. Arbitrária, a dupla ordem que lhe pertence superpõe o seu regime dos enunciados ao paradoxo da sua dupla natureza – finita e infinita – condição e estatuto desta como ficção. Assinala algo próximo Foucault: “A obra da linguagem é o corpo mesmo da linguagem que a morte atravessa para lhe abrir este espaço infinito onde se repercutem os duplos” (Foucault, 1994, p.254). Assim, a impossibilidade da linguagem dizer qualquer coisa sobre o real que não seja ficção constitui nos contos de Borges um enigma em torno do duplo caráter da linguagem no qual a Biblioteca e o Livro de Areia são duas partes complementares como o finito e o infinito, a permanência e o devir que o torna possível na sua impossibilidade.

Por fim, resta ao riso de Foucault e a hipótese silenciosa deste ensaio sobre o seu motivo, o vislumbre das dimensões da linguagem materializadas na Biblioteca e no Livro de Areia. O esboço da *épistémé* que se traduz na experiência da linguagem e se faz organizar a partir da condição do seu próprio paradoxo. Isto é, um saber que se quer sobre a realidade construído na forma de ficção.

REFERÊNCIAS

BORGES, J.L. *O Livro de Areia*. Trad. Ligia Morrone Averbuck. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1984.

BORGES, J.L. A Biblioteca de Babel. In: BORGES, J.L. *Ficções*. Trad. Carlos Nejar. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966.

FOUCAULT, M. “Foucault passe-frontières de la philosophie”. *Le Monde*, 6 sept. 1986.

FOUCAULT, M. *Dits et écrits: 1954 – 1988*. Paris: Gallimard, 1994.